

LUTA FEMINISTA, GÊNERO E CASAMENTO NA SOCIEDADE BALANTA-NHACRA SUL DA GUINÉ-BISSAU¹

Zicela Aluit Na Mancanha²

Ricardino Jacinto Dumas Teixeira³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar - em perspectiva teórica-conceitual da crítica feminista – as relações de gênero e o casamento na sociedade Balanta-Nhacra do Sul da Guiné-Bissau”. Leva em consideração o debate corrente na Europa e na África sobre o feminismo, ressaltando suas interpretações particulares, na qual se incluí a luta feminina, particularmente em espaços universitários e sociopolíticos como expressão da diversidade e luta pelo reconhecimento na sociedade guineense. Busca-se compreender, especificamente, a partir da literatura temática, a estrutura familiar e educacional dos Balantas-Nhacra que estabelecem ordem sociocultural nas relações de gênero. Conclui que as transformações nas famílias guineenses, com a democratização, redefiniram as relações de gênero a partir da luta epistémica na produção de conhecimento de mulheres em diversos setores da vida social, especialmente em espaços universitários na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Luta Feminista; Gênero; Casamento; Sociedade Balanta-Nhacra; Família.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze - from a theoretical-conceptual perspective of feminist criticism - gender relations and marriage in the Balanta-Nhacra society of Southern Guinea-Bissau". It takes into account the current debate in Europe and Africa on feminism, highlighting its particular interpretations, which include the women's struggle, particularly in university and socio-political spaces as an expression of diversity and struggle for recognition in Guinean society. It seeks to understand, specifically, from the thematic literature, the family and educational structure of the Balantas-Nhacra that establish a sococultural order in gender relations. It concludes that the transformations in Guinean families, with democratization, redefined gender relations based on the epistemic struggle in the production of women's knowledge in various sectors of social life, especially in university spaces in Guinea-Bissau.

Keywords: Feminist Struggle; Gender; Marriage; Balanta-Nhacra Society; Family.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Sociologia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do prof. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira.

² Discente do Curso de Licenciatura em Sociologia pela UNILAB.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é o resultado de um projeto de pesquisa anterior sobre as relações de gênero, casamento e constituição de famílias na Guiné-Bissau, defendido em 2023 no Curso de Bacharelato em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Tem como objetivo central analisar a “Luta feminista, gênero e casamento na sociedade Balanta Nhacra Sul de Guiné-Bissau - um grupo étnico majoritariamente habitante da região Norte e Sul do país, representando mais de 25% da população estimada em 1.781.308 guineenses (INE, 2023). Desse total, 53% são mulheres e 51.5% dos recém-nascidos, devidamente registrados, também são do sexo feminino. No mercado de trabalho assalariado 33,1% dos contribuintes com segurança social conta com a presença vital de mulheres. Sobre a violência doméstica, 36.4% de vítimas são mulheres; 0,6% já sofreram assédio sexual e 23.76% enfrentam abandono precoce e do sistema de educação. Esse quadro estatístico, expressa uma multiplicidade de desigualdade e exclusão, com coeficiente de Gini que mede o grau de desigualdade e de renda de um país de 0,34698, de acordo com o senso de 2023 (INE, 2023). Esse quadro estatístico, de acordo com os dados, revela não só a violência, mas também a desigualdade de gênero que limita as possibilidades socioeconômicas de mulheres no acesso aos bens socioculturais, com implicações nas relações de poder, não obstante o papel socioeconômico fundamental que as mulheres exercem na sociedade guineense, daí a importância de estudar as lutas feministas da etnia balanta-nhacra contra o casamento precoce e violência de gênero na Guiné-Bissau.

Para situar o tema, faz-se necessário, um olhar sobre a estrutura familiar da sociedade Balanta, povo nigero-congoles da África Ocidental, falantes de uma das maiores línguas africanas, distribuídos em áreas geográficas que abrangem atual Guiné-Bissau, Senegal e Gâmbia. Os Balantas são grupos que, por muitas décadas, estiveram fora do controle administrativo do estado colonial, no processo colonial. A ausência de uma estrutura de classes, baseada na agricultura, e não no comércio, distinguia os Balantas de outros povos em vários aspectos fundamentais, em que as decisões são tomadas por um conselho de homens grandes, geralmente considerados sábios da comunidade devidos seus papéis na família e na comunidade. Vinda de uma família Balanta, presenciei várias situações de desigualdade de gênero, em que praticamente a questão de mulher e meninas sempre chamou minha atenção na interação com os homens. O sistema de casamento entre os Balantas me marcou bastante sobre as relações de gênero entre mulheres e homens. Que são geralmente

mulheres e meninas que são atribuídas ao casamento ao seu futuro esposo.

Pois, dentro dessa etnia existe uma proibição da menina ou mulher em poder escolher o seu parceiro para casamento, onde essa escolha é feita geralmente pela família que afeta a igualdade de gênero. Certamente, vários fatores pesam nessa exigência de casamentos nas famílias Balantas, em concreto entre os Balantas-Nhacra, na região de Oio - setor de Tombali. Creio que um dos fatores mais resistente para casamento precoce são as estruturas familiares e também a educação das meninas e mulheres no interior das famílias Balanta-Nhacra, uma família que tem o poder centrada no homem, na maioria das vezes interpretada localmente como “normal” ou “benéfica” para manutenção da estrutura social, principalmente por homens mais velhos ou chefes da moransa (aldeia/tabanca), muito embora, nem todo povo dessa etnia siga com essa tradição, como o meu caso em concreto e de muitas outras meninas balantas, o que revela a luta ativa feminista.

Enquanto acadêmica, o primeiro propósito foi a de estudar o gênero, a luta feminista e o sistema de casamento precoce na sociedade Balanta, a fim de entender sobre a luta feminista contra casamento precoce, razão porque escolhi esse tema. Pretendo, com este artigo, contribuir para a conscientização da sociedade Balanta e da população guineense em geral da consequência do casamento forçado e, de que forma a sociedade pode contribuir para diminuir essa prática, associada à luta de mulheres; contribuir para uma reflexão crítica e acadêmica sobre a importância de se estudar a relação entre o gênero e o casamento, em especial, no campo das ciências sociais úteis para a compreensão de lutas feministas contra os fenômenos de exclusão e das desigualdades.

Para desenvolver esse artigo, inicialmente, faz-se necessária uma breve contextualização geográfica e populacional dos povos da atual Guiné-Bissau, a fim de situar o contexto do texto. Em seguida, será apresentado o debate conceitual e teórico sobre as famílias guineenses, feminismo Ocidental e o feminismo africano. É nosso interesse, aqui, mostrar a relação e o modelo de famílias, socialização de meninas e meninos e os casamentos arranjados que mexem muito com a vida das mulheres e meninas que vai afetando a emancipação feminina.

1.1. GUINÉ-BISSAU NA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA

Localizado na Costa Ocidental da África, estendendo-se, no litoral, do Cabo Roxo à Ponta Cagete, a Guiné-Bissau faz fronteira a Norte com o Senegal, ao sul com a república de Guiné, também conhecido por Guiné Conakry, e ao oeste com o Oceano Atlântico. O país é constituído por cerca de 90 ilhas, das quais, 17 são habitadas, no arquipélago dos Bijagós.

Figura 1 – Mapa da Guiné-Bissau: regiões, setores e grupos étnicos.



Fonte: MAPA (2023)

A Guiné-Bissau, administrativamente, conta com oito (8) regiões, Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará, Tombali e Bissau, esta última capital administrativa do país. As regiões, por sua vez, estão subdivididas em trinta e seis (36) sectores, formadas por secções, que compõem diferentes aldeias, também conhecidas por tabancas (moransas). Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística e Senso (INE, 2023), seu território, é constituído por uma parte continental e outra insular, que abrange trinta e seis mil e cento e vinde cinco (36.125km) quilômetros quadrados de área, com uma população total estimada em um milhão e seiscentos e vinte e quatro e novecentos quarenta e cinco (1.624.945) habitantes. Desse total, quarenta e nove por cento (49%) são constituídos por mulheres (INE, 2023), o que trás implicações no campo das relações de gênero para a nossa análise.

1.2. BALANTAS NO CONTEXTO DOS POVOS DA GUINÉ-BISSAU

O país possui diversos grupos étnicos, cada qual com a sua cultura e forma de famílias, parentesco, casamento e relações socioculturais, com presença de mais de 20 línguas étnicas. Além das línguas étnicas, majoritárias no país, existe a língua crioula, que é considerada como a segunda língua de comunicação entre diferentes grupos étnicos, principalmente nas zonas urbanas das cidades como Bissau, Bolama, Cacheu e Bafata. Língua portuguesa, conta com pouco número de falantes, considerada como uma língua oficial de comunicação herdada da colonização, que abrange principalmente as zonas urbanas, distribuindo-se pelos diferentes cidadãos. A diversidade linguística, gênero, cultural e relações étnicas, representa assim a formação dos povos da atual Guiné-Bissau que vão para além das fronteiras nacionais do seu território continental e insular. É neste contexto que situamos a presença dos balantas, na perspectiva de gênero, da família e do casamento, subjacente a luta feminista guineense.

Balantas

- I. São povos animistas ou “gentes de terras baixas”, numa referência à parte continental, onde habitam e praticam predominantemente agricultura, como forma de subsistência da vida comunitária (INE, 2023). Devido sua localização geográfica, fora do controle dos aparelhos administrativos do estado colonial, os balantas, como não podiam deixar de ser, demonstraram grande capacidade de resistência contra a colonização, em suas regiões, em apoio ao movimento de libertação nacional (MONTEIRO, 2022). É neste grupo, entre outros, que o movimento nacionalista encontrou base material e humana para a independência. A função social dessa estrutura, centrada na família alargada, sob domínio de homens grandes, configurou historicamente as relações de gênero. Tais relações, na atualidade, tem sido ressignificadas, com a democratização, que ampliou a luta feminista.
-

Para o linguístico guineense Cá (2008) os Balantas foram os povos mais compactos durante a presença colonial portuguesa na atual Guiné-Bissau. Com forte mobilidade social, os Balantas incorporaram outras etnias na constituição de seu povo denominado balantização de etnias. Numa miscigenação de culturas que se estendem da região de casamansa do Senegal ao rio Geba da atual Guiné-Bissau. Trata-se de um povo presente em diversos países

da África Ocidental, do Senegal à Gambia na constituição de famílias nesses países através de conquistas ou casamentos locais (Cá, 2008).

Os povos Balantas são subgrupos, constituídos por balantas-nagas, cunantes, manés e cuntoé o que revela a diversidade da identidade cultural guineense. Apesar de suas diferenças culturais, no interior do mesmo grupo, essas compartilham algumas semelhanças, com forte relação com a terra, resistência e migração, espalhados em diferentes localidades no interior do país. Nos princípios do século XX, devido as resistências, o regime colonial português desenvolveu campanhas militares sangrentas contra os Balantas.

Além de promover o massacre contra as formas de vida e de vida familiar dos povos Balantas, o regime colonial substitui suas estruturas sociais horizontais por formas hierárquicas de poder local ou regulados utilizando-se dos Fulas como seus chefes. Os Balantas reagiram a repressão portuguesa aderindo massivamente a luta de libertação nacional dirigido pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado e dirigido pelo guineense caboverdiano Amílcar Lopes Cabral, nos anos 1960 em diante.

Na Guiné-Bissau, partes de estudos sobre gênero enfatizam a participação de mulheres combatentes na luta de libertação nacional, onde o machismo e a sobrecarga das tarefas domésticas de cuidar da casa, do marido e dos filhos, educados por mulheres, no seio de um mundo feminino, cujo destino é o casamento. Nessa percepção a noção de gênero se coloca como uma categoria política dentro do campo das relações de poder (GOMES, 2016).

Trata-se de uma abordagem da temática feminista – que reflete a minha trajetória, de mulher africana, guineense, da etnia Balanta. Nesse sentido sou sujeita e objeto da pesquisa, enquanto ator social, marcado pela minha cultura e visão do mundo, ao mesmo tempo, também uma privilegiada estudante de ensino superior. O artigo justifica-se pela minhas vivências, enquanto guineense, da etnia balanta, fato esse que me possibilita a compreender situação do gênero, luta feminista e a violação dos direitos das meninas e mulheres desse grupo, levando em conta a cultura, o casamento, a família na qual essas meninas se agregam, como partes integrantes.

Tendo em conta todo esse ato que as mulheres estão vivendo no país, especialmente

no Catió (zona sul do país) despertou-me atenção de estudar sobre a luta feminista, gênero e o casamento, razão este que me atrai sobre o ocorrido, ou seja, a própria minha prima na altura com menoridade que quase passou pelo ato (casamento tradicional precoce), mas ela não aceitou-se casar, obrigando-a fugir para a cidade (Bissau) com intuito de encontrar refúgio aos seus tios que lhe possam ajudar a não voltar para aldeia (tabanca).

Durante toda essa análise, me faz pensar sobre a violação do gênero, a luta feminina e os direitos que ela não estava a aproveitar, tudo isso deu vontade de continuar em focar mais ainda no tema, para isso procuro entender como esse ato ainda está acontecendo no pleno século XXI, e num país como a Guiné-Bissau que se pauta no “exercício do direito” em ligação com indagações tradicionais tal qual a menina foi posta. A partir dessa profundidade do fato (casamento tradicional precoce), na qual as meninas balantas se encontram atualmente, faz com que me sinto no dever de investigar essas relações entre os mais velhos sem descartar também o conhecimento dos jovens, perante conhecimento do que é a tradição do casamento que lhes impedem a liberdade.

Por esta razão, vale salientar que, com este artigo podemos entender a melhor forma da resolução dos problemas em volta da violação dos direitos a liberdade, a educação, a proteção, a saúde e do exercício da adolescência que a própria situação do casamento lhes limita. Por esta razão, perspectivamos que deveria existir trabalhos acadêmicos que busca debater sobre mecanismos que desvalorizam esta prática da sociedade étnica balanta em deixar de lado, desenvolvimento dos conhecimentos que vão ao compromisso do alinhamento desses fatos no ambiente educacional na comunidade que ainda conserva em caminhar com esta forma de educação de dar casamento.

Pois admite-se, a necessidade de implementar políticas públicas educativas que vão ao encontro das dificuldades educacionais que consigam emancipar estas meninas e seus pais a sanear problemas de casamentos tradicionais que as vezes ignoram as faixas etárias menores de 18 anos de idade.

Academicamente, este artigo poderá servir de incentivo para novas pesquisas e debate sobre a luta feminista, gênero e o casamento da etnia balanta-Nhacra ou temas pertinente ao casamento em sociedades africanas, sobretudo guineense. Ainda, o artigo

também servirá de uma contribuição não só para o meu país (Guiné-Bissau), mas também para todos outros países, uma vez que o conhecimento sobre as realidades africana é o assunto de relevância da maioria dos cientistas do mundo.

Neste sentido, o objetivo geral do artigo visa analisar a luta feminista a partir da relação de gênero e casamento na sociedade Balanta-Nhacra Sul da Guiné-Bissau, através da literatura sobre a temática. Mais especificamente, nosso interesse é analisar a estrutura social e familiar dos Balantas-Nhacra que estabelecem ordem social e relações de gênero; tendo por foco a literatura e questões alencada pelas pesquisadoras e pesquisadores, de maneira geral. Num primeiro momento, analiso a literatura, em seus contextos particulares de debates, na Europa e na África, em seguida, situo o debate no contexto da democratização, trazendo o papel da luta feminista no campo da luta política e epistêmica. Finalmente, aponto as considerações das questões abordadas ao longo do texto.

2. DEBATE SOBRE GÊNERO, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO NA ÁFRICA

Os lugares da família relacionados aos sistemas de valores e práticas socioculturais e sócio-religiosas aparecem como aspectos centrais nos estudos sobre as mulheres em África. Uma parte significativa dos estudos dos anos de 1980 a 1990, analisados aqui, tomam como ponto de partida as relações de produção econômica a partir do trabalho na agricultura, também útil para estudo que pretendemos desenvolver para o caso da Guiné-Bissau.

Outros estudos privilegiam abordagens sobre os ritos de iniciação dos jovens para a vida adulta; o peso das religiões, o sistema de educação na construção de identidades coletivas de mulheres e homens nas sociedades africanas, anteriores e posteriores à colonização. No caso dos países de base cultural europeia é recorrente a ausência no debate da relação desigual de gênero no campo de produção de conhecimento, nas ciências, nas artes e nas letras, cengrado-se na identificação de gênero com o profissionalismo, formação técnica, mundo de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização e formas de inserção feminina na economia e mundo jurídico.

2.1. FEMINISMO NA EUROPA

Segundo Louro (1997), utiliza o conceito de androcentrismo, no qual o polo

masculino normalmente encorpara o polo feminino. Chama atenção para estudos binários entre dois polos, afirmando que o estudo de gênero implica analisar a forma como cada um desses polos é inacabado ou fragmentando, não se constituindo como único, pois não existirá uma mulher, mas várias identidades de mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias entre si, seja cumplices ou opositores. Como ela afirma, as interpretações binárias, que nos faz equiparar noções como "público-privado", "razão-sentimento", "mulher-homem", "masculino-feminino", no sentido da subordinação e dominação, nos coloca num comportamento permanente e fixo a cada papel de gênero.

Nesta perceptiva dualista, a identidade de cada polo deixaria de contemplar os interesses, as experiências e os questionamentos de identidades de outras mulheres não-brancas ou mulheres lésbicas ficariam de fora, bem como deixaria de contemplar diversas formas de masculinidade. (p.13). Com essa interpretação de gênero, como categoria analítica, Louro (1997), se situa dentro da perspectiva pós-estruturalista que desafia a concessão fixa da identidade e papéis de gênero, ressaltando seu caráter instável e volátil como construção social.

Ainda no contexto europeu da crítica de gênero, encontramos àquelas que advogam a centralidade de papéis de gênero na produção da desigualdade, centrada predominantemente no espaço doméstico devido à forte "poder do macho" na família, na sociedade e nas instituições. Para Saffioti (1987), a identificação de pais nas relações de gêneros são construídas através das identidades sociais de mulheres impostas tradicionalmente por homens em decorrência da desvalorização social do espaço doméstico.

Os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Eliminam-se as diferenciações socioculturais e históricas e ressaltam-se os característicos 'naturais' ou 'subalternas' destas mesmas funções (SAFFIOTI, 1987).

Assim, por ser esta atitude e interpretação de relações de gênero, sem negar a importância de mulheres na produção de conhecimento, parte-se do princípio que as histórias, nas ciências, nas artes e nas literaturas, contadas na maior parte dos textos, quase sempre são narradas por homens, "sempre pessoas de classe dominante que buscam discriminar a colaboração do conhecimento das classes subternizadas e dominados por eles,

reforçando a "inferioridade" de mulher que é sustentada por uma ideologia para mascarar as relações de poder e de dominação feminina, às vezes reforçada por próprias mulheres, que passa a se acreditar nesse mascaramento, pela sua difusão recorrente tanto na família e na escola, quanto na sociedade e no interior do estado.

A força desta ideologia da "inferioridade" da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua "fraqueza" como seres inferiores aos homens. (SAFFIOTI, 1987).

Pode-se dizer também que essa propagação da "inferioridade feminina" também é recorrente nas instituições, como as Universidades, não só nas zonas rurais, mas em setores que tradicionalmente eram consideradas como masculinos. Quando olhamos pela ótica de participação de mulheres em guerras e outras atividades tradicionalmente masculinos, por exemplo, em que as mulheres provam suas capacidades, lamentavelmente são atividades que produzem por outras formas a ideologia da "inferioridade feminina. Isto é, mesmo quando são vistas como equivalente aos homens:

No entanto, repita-se que o ser humano, no caso concreto o homem, só venha a reconhecer na mulher um ser igual através da atividade guerreira, quando há milhares de outros setores de atuação humana em que as mulheres se mostram capazes. Lamentavelmente, esta parece ser a atividade que trabalha mais velozmente para minar a ideia de que a mulher é "inferior" ao homem. Essa interpretação necessita uma crítica de como a sociedade dão valor as colaborações femininas nas relações de gênero (SAFFIOTI, 1987).

Quando olhamos para o contexto das sociedades africanas, isto é, de países que tiveram uma longa luta de libertação nacional contra o colonialismo europeu, a presença de mulheres sempre são ressaltadas pelo heroísmos, quer no campo de combate, quer passando pela logística, mas quase sempre essa presença é ofuscada pela centralidade que os heróis costumam assumir no quadro de uma relação intrínseca entre "o macho e o poder" que liga outra relação entre "o poder e o prazer" que tem importância particular no contexto de luta de libertação, em especial, na Guiné-Bissau, como outras sociedades, em que o homem desfrutou e ainda desfruta de uma posição de poder tanto na guerrilha para a independência quanto no mundo de trabalho, acesso à educação e à representação política dentro e fora da família e na sociedade em geral.

Ainda no campo de estudos de tradição ocidental, há autores que nos seus escritos realçam as transformações que vem ocorrendo nas últimas décadas, articulando o gênero, raça, classe com a teoria feminista. Estes conceitos apresentam-se relevantes no campo das lutas feministas para a representação, inclusão, participação política a partir dos quais a noção “universista do patriarcado” vem sendo questionada e ressignificada para tentar dar conta de contextos e outros distintos dos contextos dos países não ocidentais, em que a formação histórica são particulares.

Dentro desse movimento pode acontecer a divisão das mulheres que fazem parte daquele movimento na luta pela justiça, raça, classe ou mesmo de tendências de identidade sexual distinto [...] Mas do que isto, o feminismo, no sentido de conferir um status universal ao patriarcalismo, com vistas a fortalecer a representatividade das reivindicações de mulheres, motivou um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres (SAFFIOTI, 1987).

Aqui, parte-se de uma crítica à “idealização comum” de conhecimento e experiências de uma pluralidade de identidade femininas para além da ordem da estrutura patriarcal, o que aproximaria essa abordagem da análise de Saffioti (1987), pertencentes, portanto, a abordagem pós-estruturalista da teoria feminista, também conhecida por pós-feminismo, que realça as diferenças das práticas sociais e de entendimentos entre as mulheres. As relações de gênero, nesta perspectiva, não estaria restrita ao mundo de trabalho como um organismo sexuado através de seus atributos físicos e sentimentais que determinariam o lugar de mulheres na família, no mercado, na economia, na sociedade e no estado da estrutura econômica capitalista, daí a importância da justiça social de uma pluralidade de identidades, porque o “sexo feminino não é uno”. As condicionalidades sociohistoricas são importantes.

2.2. FEMINISMO NA ÁFRICA

No contexto de África, questiona-se estrutura da família nuclear europeia e suas estruturas de parentesco dualista numa perspectiva da crítica ao eurocentrismo. Para (OYÈWÙMÍ, 2004), a crítica ao eurocentrismo ocorrem porque uma característica marcante da era moderna é a expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo, cujos efeitos podem ser encontradas na produção de conhecimento sobre as sociedades africanas pelo Ocidente pela criação de neuroses,

distorção da história, de suas sociedades e culturas, de suas instituições, na qual a Europa é apresentada como centro de conhecimento. Isto porque, segundo (OYÈWÙMÍ, 2004) a maior parte da pesquisa em gênero tem raízes nas experiências europeias e americanas, o que pode levar a uma visão distorcida e inadequada das realidades locais. Porém, tais pesquisas, baseadas frequentemente nas experiências e conhecimentos de mulheres brancas euro-americanas não dão conta do contexto de relações de gênero em África, na qual, o papel de mãe não se restringe ao laço sexual ou consanguíneo, nem tão pouco existe uma relação biológica em relação a maternidade e a paternidade na relação dos filhos com a mãe e o pai. Conforme (OYÈWÙMÍ, 2004).

Na sociedade Iorubá, sudoeste da Nigéria, eu apresento um tipo diferente de organização familiar. A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada, porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero; os centros de poder dentro da família são difusos, porque seu princípio organizador é antiguidade, baseada na idade do indivíduo, parentesco e de poder codificam antiguidade, com base na idade, não são classificados com base no gênero. Daí as palavras *egbon* ou irmão mais velho e *aburo* para o irmão mais novo onde todos são incluídos com base na antiguidade a partir de organizações familiares que não se enquadram nas lógicas tradicionais dualistas (OYÈWÙMÍ, 2004).

Há, nesse sentido, uma crítica à aplicação de conceito binários ocidentais considerados insuficientes para expressar e analisar as realidades africanas. Esta insuficiência ocorre porque as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza do corpo, em que o “poder do macho” opera é presumido como categoria definidora nas relações de poder, em contraposição as categorias africanas, centrada na idade, no parentesco, na família alargada e relações de casamento, que tem implicações na luta feminista no campo de relações de poder.

No entanto, o caso concreto de constituição de familiares em África, Koudawo (1991) vai apontando três características da educação tradicional africana, a saber: informalidade, oralidade e reprodução social, baseada numa pedagogia ativa de um conjunto de saberes que refletem os valores fundamentais de uma sociedade. O autor entende por educação formal um sistema institucional que possui regras, recursos e pessoas, que funciona em locais apropriados, com um programa e tempo definido de formação especializada, distinto da educação “tradicional africana”, que foge a esses critérios de formação técnica e regras burocráticas.

No entanto, o autor afirma que o caráter informal da educação africana, sem um programa previamente definido, não é absoluto e nem linear. A informalidade é relativizada por outros elementos de formalismo, presentes em seu funcionamento. Ainda que seja uma educação generalista, em que a “escola é vida”, seu conteúdo é transmitido pelos membros da comunidade, com seu modo de funcionamento próprio, em que os ritos de iniciação, por exemplo, ocorrem em locais definidos, onde os conteúdos, os saberes e os temas são transmitidos em tempos específicos e se assemelham a um período escolar particular das experiências de vida cotidiana da comunidade.

Porém, seu modo próprio de funcionamento apresenta uma particularidade prevalecente comum, que lhe distingue: o papel dos mais velhos na vida comunitária, geralmente homens, com um papel central na formação educacional, muito mais do que as mulheres, assumido por todos os membros na vida das populações. A presença dos ritos de iniciação da educação participativa é fundamental para as relações de gênero. Os ritos ocorrem pela imitação que garantem a reprodução social. A divisão do trabalho na esfera doméstica, as barreiras sociais e culturais à autonomia da mulher, principalmente o casamento arranjado e a idade, também merecem ser levados em consideração na análise.

Segundo Koudawo (1991), a imitação desempenha um papel importante em uma sociedade da oralidade onde a escrita, no sentido formal, como representação de signos gráficos, não é utilizada para registrar, acumular e transmitir saberes. A idade e a experiência que o indivíduo acumula assume uma centralidade em África. A pedagogia de escuta, observação e reprodução, é um empreendimento coletivo, onde, por exemplo, apreender um ofício, com os mais velhos, são características específicas de toda educação africana, apesar de suas diversidades. Temos aqui uma estrutura social baseada na idade que integra a vida comunitária. É uma estrutura que também mascara a violência contra a mulher e meninas quando não são debatidos e contextualizados.

Como afirma Koudawo (1991), em África, classes de idade tem uma função chave na determinação da hierarquia e no valor que um indivíduo passa a ter na sociedade que acompanha um conjunto de (pré) requisitos. A classe de idade fixa o tipo de educação que um indivíduo pode ou deve receber e seu papel social sociocultural (KOU Dawo, 1991). O casamento arranjado, imposto por esta estrutura de idade, também começa a ser interpelado

a partir de uma nova experiência e trajetória de mulheres e meninas. Sobretudo a partir do momento em que a violência de gênero afeta a liberdade das mulheres, em alguns casos, afeta suas próprias vidas enquanto sujeitos de direitos.

É fixação de papéis sociais predefinidos que as mulheres ganham e perdem prestígio ou desprestígio na vida cotidiana e pública. Os ritos resultam dessa configuração sociocultural. Como parte integrante dos simbolismos, que estruturam as práticas sociais, os ritos congregam três elementos fundamentais: a) representa a educação previamente definida de uma menina ou menino pela família para uma vida coletiva em sociedade; b) representa a remodelação de uma menina ou menino conforme sua identidade étnica e regional, na qual recebe os ensinamentos das revelações e das provas; e finalmente c) o rito restitui à sociedade um membro maduro, com capacidade para assumir as responsabilidades esperada pela sociedade, da qual é parte integrante.

Para que o processo da integração social ocorra, são decisivos dentro das sociedades africanas, a absorção cultural. Um processo complexo de reconhecimento pelos pares a partir do saber e das observâncias das regras que, para Koudawo (1991), possibilitam a participação e a representação das pessoas na sociedade comunitária, ao mesmo tempo em que define os papéis e os lugares sociais dos indivíduos. No caso das mulheres e meninas, o trabalho na esfera doméstica, o casamento e a reprodução biológica e a restrição na vida política, são aspectos fundamentais na definição de papéis sociais femininos na esfera familiar e social.

Na atualidade, não obstante o caráter informal da educação africana, chama atenção a ampliação e ressignificação do critério da oralidade no campo da investigação acadêmica nas relações de poder a partir do conhecimento produzido por mulheres, fazendo com que a cultura oral comece a compartilhar outros significados com a cultura escrita africana, na qual me inclui enquanto acadêmica guineense, marcada pela identidade balanta no contexto atual das transformações de identidade feminina em espaços universitários. Esse compartilhamento entre a escrita e oralidade no contexto da produção de conhecimento das intelectuais feministas africanas permite que seus conhecimentos e experiências explorem novos significados, novas linguagens que não se restringem à oralidade, à informalidade, à antiguidade e à idade dos indivíduos, como acontecia até então, restrita aos homens mais velhos, ainda que não os excluíssem. Para Lenine e Numala (2022), as feministas africanas

contemporâneas voltaram a escrever sobre suas agendas da pesquisa a partir de suas vivências, focando nas violências que as mulheres passam durante as suas realidades, inclusive, no campo das relações internacionais.

No caso guineense, o desafio da marginalização feminina contínua presente, não só em relação à idade, que define papéis sociais, mas também em relação ao gênero e à desigualdade regionais e setoriais no processo de socialização e da educação de mulheres em relação aos homens. Segundo o sociólogo guineense Monteiro (1997), na Guiné-Bissau, há uma distância muito enorme entre meninas e meninos no acesso à educação formal, concentrada nas grandes cidades (Bissau, Bafata, Gabú e Cacheu), em detrimento das zonas rurais. A desigualdade regional entre a cidade e o campo reflete, igualmente, na desigualdade de gênero, da etnia, da religião, no acesso à educação formal.

Estudo de Monteiro (1997), revelou, por exemplo, que o acesso à escolarização formal é superior entre os cristãos católicos, mais escolarizados e urbanizados em detrimento dos jovens e adultos muçulmanos, vivendo sobretudo nas zonas rurais, principalmente entre grupos étnicos Fulas e Mandingas, muçulmanos, que, apesar de possuírem suas escritas próprias, baseada na educação corânica, ainda estão muito abaixo da pirâmide educacional do tipo ocidental. A percentagem de mulheres e meninas muçulmanas, fora do sistema escolar formal, para Monteiro (1997), permanece acima da média nacional. Monteiro (1997), reconhece que, não obstante suas desvantagens de mulheres muçulmanas no acesso à escolarização, de matriz ocidental, elas apresentam outra forma de educação, anteriores à educação colonial em África, em particular na Guiné-Bissau.

Contudo um desses desafios que ainda permanece no sistema social guineense, com implicações no acesso à educação de mulheres, é o sistema parentesco, na forma de casamento, na educação dos meninos (filhos) em relação as meninas (filhas), em termos de gênero. A Socióloga guineense Handem (1986) aponta que a relação de parentesco e de alianças que sustentam a legitimidade e o reconhecimento das famílias, através da divisão social do trabalho, na esfera doméstica do sistema produtivo, esta quase sempre centrada na autoridade de chefe de família, patriarca, geralmente homem velho da aldeia. A centralidade do homem na estrutura social emerge da constituição de diversos tipos de família .

A socióloga Achinger (1986) , que fez pesquisa na Guiné-Bissau independente, anos

de 1980, apresenta três transformações na família guineenses, ocorridos em distintos momentos, de forma temporal: período anterior a presença europeia, período da colonização, pós-colonização e independência nacional, apontando elementos de continuidade e de mudança. A primeira é a família do tipo horizontal, anterior à colonização, baseada na vida agrícola de subsistência da comunidade. Os Balantas, por exemplo, são os principais povos que constituem tais famílias. Sua estrutura abrange um chefe familiar, uma (s) esposa (s), crianças (s) e parentes, vivendo em morança ou aldeia-tabanca, em linha direta ou indireta de sucessão através de parentesco. As mulheres e meninas, geralmente, seguem o marido, do qual é casado, os filhos pertencem à linhagem do pai, não a da mãe biológica, por descendência de legitimidade parental.

Os casamentos, geralmente são simbólicos, não monetário, arranjados pelo chefe da família e, em caso de divórcio, os filhos ficam para a morança (tabanca) do herdeiro (irmão) do falecido chefe da família, a quem passa a possuir o direito e a obrigação familiar, inclusive a responsabilidade de se casar com mãe das crianças, a fim de manter a reprodução da estrutura familiar, desde que a mulher queira. Há algumas flexibilidades, no caso de divórcio, previamente acertadas entre a esposa e o esposo. Segundo Achinger (1986), as esposas balantas, observadas algumas condições, podem divorciar-se do marido para assumir outro relacionamento, de sua livre escolha, desde que tenha dado ao seu marido o primeiro filho por ela gerada. É aqui também que se coloca a desigualdade de gênero de ponto de vista de relações de parentesco. Tal desigualdade de gênero sinaliza a luta feminista das mulheres balantas atuais contra diversas formas de violência, participando ativamente na luta por direitos humanos de mulheres.

A segunda característica da família guineense, por sua vez, é do tipo vertical, baseada na economia monetária e na cobrança de impostos, que ocorreu com a introdução do modo de produção capitalista pelo Estado colonial português. A organização social em classe de idade, gênero e casamento são encontradas nessa família, onde o poder de chefe da família é hegemônico atrelado a posse da terra e criação do gado, entre outros bens de valor comercial.

O homem pode se casar com várias esposas, mas as mulheres só podem se casar com um homem e são exigidas a fidelidade sexual, nesse sentido, pode-se dizer que a diversidade cultural que existe na sociedade guineense, não parece refletir a liberdade e diversidade sexual, de acordo com estudo de Achinger (1986). Outro aspecto é a diferença de idade entre

a esposa e o esposo que são enormes, principalmente quando se trata da segunda ou terceira esposa do marido, que pode ser encontrada nas famílias da etnia Fulas e Mandingas, podendo ser encontrada também noutros grupos. Os filhos, em caso de divórcio, diferentemente das famílias Balantas, mantêm-se ligados à mãe por todo tempo, não ao pai. É atribuído ao tio um papel fundamental na socialização dos filhos e a sucessão de propriedade da família ocorre entre irmãos e depois para os filhos, assim sucessivamente, de acordo com a idade, nunca entre irmãs ou mulheres. Daí a luta feminina africana no sentido da alteração de desigualdade de gênero, em forma da sexualidade.

Já a terceira característica distintiva da família guineense é do tipo intermediária. Os Mandjacos e Pepeles são povos representativos dessas famílias guineenses. Os direitos e as obrigações de sucessão são de caráter matrilinear. Os filhos da mãe ou irmãos pela parte materna, são herdeiros legítimos. Por essa razão a relação entre os tios e os sobrinhos ganham importância nessas sociedades, abrangendo o parentesco, vinculando o indivíduo à comunidade para além do mundo de trabalho na agricultura. Porém essa configuração, apesar de seu caráter um pouco flexível, expressa os direitos e as obrigações entre os membros das famílias, muito desigual para as mulheres, que são exigidas mais obrigações e responsabilidades do que direitos baseados na classe de idade.

Bastante diferente das duas primeiras é a família do povo Bijagó, que habita ao arquipélago com o mesmo nome, constituído por um conjunto de ilhas que compõe a parte insular da Guiné-Bissau. Seu núcleo estruturante é matrilinear ou feminista. Sua estrutura interna de poder mantém as memórias das grandes Rainhas através da qual as mulheres bijagós escolhem seus maridos, constroem suas casas e convidam seus esposos para lá habitarem. As mulheres Bijagós gozam o seu privilégio, ao contrário das mulheres Balantas, Fulas, Mandingas e Pepeis e outras etnias guineenses, mantém maior liberdade de gênero e sexualidade, porque seu poder político esteve atrelado à evocação de espíritos que estabelece a ligação entre as gerações dos vivos e a geração das mortes e transcendem a autoridade patriarcal dos régulos (homens), em termos da luta feminista africana das bijagos.

Em contraposição aos períodos anteriores, Achinger (1986) mostra os efeitos do capitalismo na constituição de famílias guineenses na atualidade. É um momento de transformação social e geracional, que ocorreu nos finais dos anos 1980 e princípios dos anos de 1990, marcado pela globalização, com decline-o da poligamia e casamentos arranjos.

Isso porque a diversidade e liberdade de gênero ganham força com a democratização, com impacto nos movimentos feministas africanas. Esse contexto também redefiniu a pauta das lutas feministas africanas pelas próprias mulheres tanto no continente como na diáspora, por meio da educação, em especial no acesso ao ensino superior.

Segundo Lenine e Numala (2022), a incorporação dos pensamentos das mulheres africanas na agenda política e acadêmica é muito essencial para a formação de uma fala importante entre o feminismo africano tanto em nível local quanto internacional para criação de uma teoria do conhecimento feminista a partir de suas realidades, vivências e lutas. Aqui se colocam dois conceitos fundamentais no contexto da globalização e da democratização: sonoridade entre as mulheres para a criação de uma solidariedade internacional, local e nacional e a interseccionalidade integrando varias áreas de conhecimentos sobre a luta feminista na contemporaneidade, no âmbito da sociedade civil.

Em África no contexto internacional, houve uma proliferação de movimentos feministas em luta pelo direito de gênero. No caso da África do Sul, por exemplo, houve um crescimento de diversos movimentos sociais de mulheres contra a barreira de restrições imposta pelo apartheid. Para socióloga argentina Canabillas (2016), após o levante do Soweto nos anos 1980, aconteceu um aumento na participação e representação feminina que articula as ideais da luta de libertação nacional sul-africana com as causas da luta pela igualdade de gêneros. E acrescenta que tais lutas ocorreram no interior dos movimentos sociais de mulheres, de base comunitária, onde formaram-se grandes coalizões e federações regionais.

As mulheres brancas, por sua vez, somaram-se articuladamente na luta contra o regime de apartheid nas diferentes cidades sul-africanas. Contudo, no âmbito universitário, esse aumento da presença feminina na política trouxe inquietações para dentro da academia, que já contava, nessa época, com forte presença de pesquisadoras-ativistas. No entanto, apesar de luta comum contra o sistema de apartheid envolvendo pesquisadoras negras e brancas, as relações raciais de gênero permaneciam. Aqui se coloca, no caso de nosso estudo, a relação entre etnia, religião, classe e movimentos na luta pela igualdade de gênero e contra o casamento arranjados ou impostos pelos mais velhos às mulheres e meninas na Guiné-Bissau.

No caso guineense o crescimento da presença feminina no ensino superior nas

universidades como ativistas sociais feministas é um dos instrumentos por meio do qual as mulheres e as meninas utilizam para questionar as barreiras socioculturais que será objeto da nossa investigação. A minha experiência e trajetória universitária na Guiné-Bissau resultam da expansão de ensino superior, já que a educação garante condições e motivações na luta por direitos.

De acordo com Ntumbo (2021), pesquisadora guineense, mostra que as mulheres guineenses têm consciência dos seus direitos, como os homens também têm, em termos de decisão. Entretanto, as formas de aceder tais direitos ainda são limitadas. Uma das estratégias que elas têm conseguido criar ocorre no campo da mediação de conflitos familiares, tentando exercer influências em escala micro em forma de promoção de diálogos e conselhos através de ação coletiva de djumbais ou conversas como espaços de exercício de opiniões sobre suas vidas para além do mundo de trabalho doméstico e produtivo na agricultura. Essa observação assemelha-se com a visão da pesquisadora Ntumbo (2021), segundo a qual as lutas feministas na Guiné-Bissau tem permitido não apenas a sobrevivência das famílias, no mundo de trabalho, mas também difusão de suas opiniões como resultado das transformações na aquisição de direitos, produção e difusão de conhecimento, enquanto agentes de transformação na sociedade guineense.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, procurou-se analisar, a partir do debate teórico e conceitual, a luta feminista, o gênero e o casamento na sociedade balanta-nhacra sul da atual Guiné-Bissau.

Iniciou-se o estudo com análise da literatura sobre o feminismo no contexto dos países da Europa. Neste debate, o gênero é caracterizado numa perspectiva dualista, homem-mulher, masculino-feminino, razão-sentimento, público-privado, assumidas como categorias centrais de análise no espaço doméstico, centrado no homem e nas instituições do estado.

Em contraposição, em África, questiona-se a estrutura da família nuclear europeia a partir de uma crítica ao eurocentrismo. Aqui chama atenção o parentesco e a família alargada para além da lógica dualista.

Na atualidade, as relações de gênero é ressignificada a partir da luta feminista de mulheres balanta-nhacra no campo de produção de conhecimento, diferente da forma como acontecia anteriormente, o que tem contribuído para a transformação do lugar da mulher na sociedade guineense.

REFERÊNCIAS

- ACHINGER, G. A família guineense. Soronda. Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n. 01, p. 71–73, janeiro 1986. Acesso em: 03 ago 2022. Disponível em: <<https://www.africabib.org/rec.php?RID=A00000612>>.
- CANABILLAS, N. Para além do político: mulheres ativistas na cidade do Cabo, África do Sul. 273 p. Tese (Tese de Doutorado), Brasília, 2016. Acesso em: 05 jun. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br>>.
- Cá, L. O. A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado. Cuiabá: EdUFMT/CAPES, 2008.
- GOMES, P. G. As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na guiné-bissau. Odeere, p. 121–145, 2016. Acesso em: 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1536>>.
- HANDEM, D. O arroz ou a identidade balanta brassa. Soronda. Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n. 1, p. 55–67, julho 1986. Acesso em: 20 jan 2023. Disponível em: <<https://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=TIOarrozouaidentidadebalanta>>.
- INE- Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. Bissau, 2020. Disponível em: <https://www.stat-guinebissau.com/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- KOUDAWO, F. Educação e sociedade na África pré-colonial. SORONDA. Revista de Estudos Guineenses, Bissau, p. 61–69, julho 1991. Acesso em: 06 abr 2023. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/database/IABO/entry/iab19952861/html>>.
- LENINE, E.; NUMALA, E. Feminismos africanos e a sororidade internacional: há espaço para as epistemologias feministas africanas nas ri? Relações Internacionais, n. 73, p. 85–101, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.23906/ri2022.73a07>>.
- LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 14–36 p.
- MAPA, P. Mapa Político de Guiné-Bissau. 2023. Acesso em: 10 jan 2023. Disponível em: <<https://pt.mapsofworld.com/maps/guineabissau-mapa.jpg>>.
- MONTEIRO, S. J. J. Analfabetismo na guiné-bissau: Kamiñu lunju inda. SORONDA. Revista de Estudos Guineenses, Bissau, v. 1, n. 1, p. 3159, junho 1997. Acesso em: 03 set 2022. Disponível em: <<http://memoriaafrica.ua.pt>>.
- NTUMBO, F. F. Monoparentalidade feminina na Guiné-Bissau Rural: desafios das mulheres na gestão das suas famílias. 79 p. Dissertação (Dissertação de Mestrado), Lisboa, 2021. Acesso em: 05 abr 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net>>.
- OY`èWùMí, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. Dakar: CODESRIA, 2004, (CODESRIA Gender Series, v. 1). p. 1–8. Tradução para uso didático.
- SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).